

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Quase a metade dos motoristas evita usar seus carros por causa do aumento de preço dos combustíveis

Gisele Bündchen é a brasileira mais influente

Mesmo aposentada das passarelas, Gisele Bündchen ainda é a celebridade brasileira mais influente. Pelo menos é isso o que aponta um ranking criado pela empresa de pesquisa de mercado Ipsos, que realizou 2 mil entrevistas no início de maio. Gisele vem logo à frente da cantora Iza. Em terceiro lugar, uma surpresa: Nathalia Arcuri, empresária e influenciadora da área de finanças. Entre os homens, a lista é liderada pelos atores Lázaro Ramos, Cauã Reymond e Bruno Gagliasso.

Proibição do home office afasta talentos

As empresas que obrigarem seus funcionários a retornar em definitivo aos escritórios sofrerão para manter bons profissionais. "Elas terão acesso a um pool de talentos menor ou terão que pagar um prêmio de compensação para forçá-los a voltar", disse Brian Kropp, chefe de pesquisa de recursos humanos da consultoria Gartner, em entrevista à agência Bloomberg. Os empregados não querem voltar ao velho modelo. No Brasil, 76% deles preferem o formato híbrido — parte em casa e parte no escritório.

Reino Unido e Portugal testam semana de quatro dias

As universidades britânicas de Oxford e Cambridge e a americana Boston College vão comandar um experimento revolucionário. Durante um mês, 70 empresas, que empregam 3 mil pessoas, vão adotar a semana profissional de quatro dias. A ideia do projeto, que será coordenado por professores das instituições de ensino, é testar a produtividade dos empregados. A jornada mais curta ganha adeptos. O governo de Portugal também lançou um programa desse tipo que conta com a participação de 100 empresas.

Com gasolina cara, brasileiros evitam usar carro

Fernando Frazão/Agência Brasil



O dado é espantoso: 44,5% dos motoristas brasileiros (portanto, quase a metade) evitam usar seus carros por causa do aumento de preço dos combustíveis, conforme levantamento realizado pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) por encomenda da ONG Euroconsumers. Os reajustes, contudo, tiveram leve queda. A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis diz que o valor médio da gasolina caiu 1,1%, nas últimas três semanas. Em 30 dias, o recuo foi de 5,6%. A tendência dificilmente será mantida. A gasolina nas refinarias da Petrobras registra atualmente uma defasagem de 20% em relação ao mercado internacional, índice que pressiona a empresa por novos aumentos. Se a petrolífera brasileira quiser alinhar suas tarifas de acordo com os preços praticados no exterior, terá que elevar a gasolina em R\$ 0,95 por litro. Como se vê, a situação continua difícil e está longe de ser resolvida.



As pessoas me perguntam: como o Brasil pode ter o dinheiro para fazer o Pix? Você sabe quanto o Pix custou? US\$ 4 milhões. Você pode fazer coisas boas com pouco dinheiro se tiver planejamento"

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

Reprodução/BANCO CENTRAL DO BRASIL FLICKR



RAPIDINHAS

- » Gustavo Kuerten, tricampeão do torneio de tênis de Roland Garros, é a estrela da nova campanha publicitária da corretora Genial Investimentos na TV. Atualmente, a empresa possui US\$ 150 bilhões sob custódia e 800 funcionários em escritórios no Brasil e no exterior. Guga, ressaltasse, é acionista da Genial desde 2018.
- » O setor aéreo decola. Em maio, a Gol identificou um aumento de 97,1% na demanda por voos (RPK) em relação a um ano atrás, enquanto a taxa de ocupação foi de 77,3%. Na Latam Brasil, a recuperação das atividades levou a companhia a contratar 1,8 mil pessoas desde o início do ano e a programar 3 mil voos extras para as férias de julho.
- » As empresas e governos afirmam estar comprometidos com a redução das emissões de CO₂, mas as medidas que têm sido tomadas são insuficientes. Segundo a Agência Internacional de Energia, em 2022, as emissões provenientes de derivados de petróleo deverão ultrapassar as de 2019. Enquanto isso, as mudanças climáticas seguem ameaçando o planeta.
- » O mercado de bicicletas é um dos mais promissores para o futuro. Recentemente, Nova York criou um projeto, o NYC 25x25, que tem o objetivo de transformar 25% do espaço destinado às ruas da cidade em áreas exclusivas para ciclistas e pedestres até 2025. Capitais europeias como Paris e Amsterdã têm projetos parecidos.

76%

dos brasileiros que têm acesso à internet ouviram algum podcast em 2021. Em 2019, o índice foi de 40%, conforme estudo do instituto AB-Brasil em parceria com a consultoria Offerwise.

DESESTATIZAÇÃO

Aeroportos: leilão em 18/8

Anac aprova editais e marca data da licitação para conceder a operação de 15 terminais aéreos à iniciativa privada

» RAPHAEL PATI*

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou ontem os editais para a concessão à iniciativa privada do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e de outros 14 terminais localizados em três regiões do Brasil: Norte, Sudeste e Centro-Oeste. O leilão foi marcado para 18 de agosto.

Essa será a 7ª Rodada de concessões no setor. Os terminais serão divididos em três grupos, e licitados em blocos. Um deles é liderado pelo aeroporto de Congonhas, um dos mais movimentados do país, e conta com outros 10 terminais, localizados em três estados: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Integram esse bloco os aeroportos de Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). Pelas regras, os investidores que quiserem obter a concessão de Congonhas, terão que levar também os demais terminais desse grupo.

O segundo bloco é formado pelos aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ) e o terceiro por aeroportos que se encontram em capitais da Região Norte do país: Belém (PA) e Macapá (AP). O leilão será na Bolsa de Valores em São Paulo, a B3.

O plano para a concessão dos aeroportos foi publicado pelo Ministério da Infraestrutura em 19 de maio e a previsão é atrair R\$ 7,3 bilhões em investimentos. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) ainda será responsável pela exploração dos aeroportos "até que ocorra a assunção integral das operações pelas sociedades vencedoras dos

processos licitatórios", conforme texto publicado no *Diário Oficial da União* em 19 de maio.

O Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, que fazia parte do plano de concessões para este ano, do Ministério da Infraestrutura, deve ser leiloado apenas em 2023, junto com o Aeroporto do Galeão (RJ), que se encontra em processo de devolução pela concessionária que administra o aeroporto desde 2014.

O professor da Escola de Negócios da PUC/RS, Gustavo de Moraes, ressalta que a concessão difere da privatização. "Na privatização o terminal é alienado do patrimônio público, sob alguma remuneração. No caso da concessão o patrimônio permanece sob propriedade pública e realiza-se apenas a transferência da operação", explica.

Gestão

Na visão do professor, a concessão é sempre bem vinda para a economia, por atrair investimentos ao setor de infraestrutura e por trazer mais inteligência e integração à gestão dos aeroportos.

"As concessões melhoraram o patrimônio público brasileiro, mesmo nos casos dos terminais devolvidos, como Viracopos (SP) e Galeão (RJ). Mas também como no caso do Aeroporto Salgado Filho (Porto Alegre-RS), onde, além da ampliação do terminal, houve a ampliação da pista, permitindo a operação de voos com cargas mais pesadas, fundamental em um estado exportador. Temos a expectativa de um efeito importante no aspecto do conforto, mas também da operacionalidade do modal", pontuou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Valter Campanato/Agência Brasil



Um dos mais movimentados do país, o Aeroporto de Congonhas está na lista dos que serão concedidos



As concessões melhoraram o patrimônio público brasileiro, mesmo nos casos dos terminais devolvidos, como Viracopos (SP) e Galeão (RJ). Temos a expectativa de um efeito importante nos aspectos de conforto e operacionalidade do modal"

Gustavo de Moraes, professor da PUC/RS

Privatização da Eletrobras avança

» MICHELLE PORTELA

O governo conseguiu, ontem, remover mais um obstáculo à privatização da Eletrobras, que pode ter um desfecho ainda nesta semana. Em assembleia no Rio de Janeiro, detentores de debêntures (um título de dívida) emitidas por Furnas, subsidiária da Eletrobras, autorizaram a empresa a fazer um aporte de R\$ 1,5 bilhão na Madeira Energia SA, que opera a hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, após uma disputa judicial no fim de semana. A autorização era uma condição para a continuidade do processo de privatização da Eletrobras.

A assembleia ocorreu depois que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro derrubou uma decisão liminar, ainda de domingo, que suspendia a reunião, a pedido da Associação dos Empregados de Furnas (Asef), que alegava descumprimento de regras de governança. A Advocacia-Geral da União (AGU), porém, entrou com recurso e conseguiu reverter a decisão.

Ao liberar a assembleia, o presidente do TJ-RJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, alegou que a suspensão da reunião poderia causar "impacto significativo no planejamento setorial elétrico brasileiro,

sendo capaz de comprometer a modicidade tarifária e, consequentemente, o acesso das camadas mais carentes da população ao serviço essencial de energia elétrica".

O preço das ações na oferta pública da Eletrobras será anunciado na quinta-feira, após o fim do prazo para que investidores manifestem interesse de compra, que vai até o meio-dia de quarta-feira. No total, a companhia espera arrecadar, no mínimo, R\$ 35 bilhões. Para os pequenos investidores, um dos principais atrativos é a possibilidade de usar até 50% do saldo de contas individuais

do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de ações da estatal.

O aporte de R\$ 1,5 bilhão servirá para que a Madeira Energia pague dívidas judiciais da Santo Antônio Energia, que está impedida de utilizar capital próprio para quitar o compromisso. Com o repasse, Furnas passa de 43% para 72% na participação de controle na Madeira Energia. Sem o pagamento, a Justiça poderia declarar o vencimento antecipado de toda a dívida consolidada de Furnas — e da própria Eletrobras, que soma R\$ 41,6 bilhões. Se isso ocorresse, a privatização ficaria comprometida.